

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 34/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADORA **Sónia de Freitas Gonçalves Capaz**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 28 de dezembro de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

Após a saudação, a Presidente começou por informar que foi adiada a reunião do Conselho Municipal de Educação, por falta de quorum, para dia 15 de janeiro de 2013. O Vereador Fernando Dias questionou sobre a agenda dos trabalhos do referido conselho. A Presidente respondeu que era a Carta Educativa, a revisão ao próprio regimento. O Vereador Artur Lima indagou quantas pessoas fazem parte deste conselho. A Presidente indicou que os elementos são mais de vinte pessoas, que estão ligadas às escolas, à Assembleia Municipal, entre outras. O Vereador Artur Lima supôs que essa falta de quorum esteja associada ao facto de ser época de férias. A Presidente ressaltou que não é a primeira vez que tal situação acontece. O Vereador Artur Lima considerou que a situação tem que ser revista.-----

A Presidente referiu-se seguidamente ao pedido de visita aos achados arqueológicos do Monte Brasil, apresentado pelos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata). O Vereador Artur Lima referiu que pensava que a Presidente se ia referir aos achados do Posto Santo. A Presidente deu conta de já ter visitado, manifestando que também poderão solicitar uma visita a esses. O Vereador António Ventura colocou a possibilidade de se criarem medidas de salvaguarda aos achados em questão, observação com a qual a Presidente concordou. O Vereador Artur Lima referiu que não podem criar medidas de salvaguarda no terreno de privados. A Presidente disse que tal é possível, apontando que se pode criar um plano de pormenor. O Vereador António Ventura indicou que assim evitam a expropriação total, invocando questões económicas. O Vereador Artur Lima indicou que o local poderá ser uma nova zona turística para a Câmara, explicando que se trata de um processo de negociação, concluindo que não quer dizer que vão prejudicar ninguém. A Presidente referiu que pode-se fazer um levantamento, dando conta que o terreno é uma área considerável, de mais de dez alqueires. O Vereador Artur Lima acrescentou que pelo menos um dos proprietários está disponível para se desfazer dos terrenos, concluindo que a Câmara deve ponderar iniciar o processo de avaliação, tendo em conta o parecer da Direção Regional da Cultura (DRAC). A Presidente apontou que é inquestionável que há nesses achados vestígios da ação humana e que a dúvida reside qual a data dos mesmos. A Presidente informou ainda que foi com o Professor Félix Rodrigues fazer a visita e indicou que o mesmo entregou um ofício na Câmara dando conhecimento dos achados. Indicou que estão ambos de acordo na necessidade de convidar um perito de uma universidade internacional para os observar. O Vereador Artur Lima apontou que já houve uma conferência em que participou um perito do continente. A Presidente disse ter conhecimento desse facto. O Vereador António Ventura referiu os outros locais onde foram igualmente encontrados achados, na Serreta e no Monte Brasil. A Presidente reiterou que há dificuldade em datar os achados.-----

Relativamente ao Monte Brasil, a Presidente evidenciou a existência de uma estalactite, que só pode ser posterior à existência da gruta, concluindo que datando a estalactite

pode-se calcular a antiguidade da gruta. O Vereador Artur Lima acrescentou que já se chegou à conclusão que não é do período Megalítico, mas afirmou que a sua importância e interesse são indiscutíveis, apontando que pode ser um ponto turístico para valorizar o Concelho. O Vereador Artur Lima reiterou a importância de ser feita uma análise, por forma a proteger o património, opinião unânime entre os presentes.-----

De seguida a Presidente informou que a visita aos achados do Monte Brasil ficou marcada para dia 7 de janeiro de 2013 às catorze horas, acrescentando que a Dra. Antonieta Costa solicitou meia hora para fazer uma apresentação em PowerPoint. Os Vereadores e a Presidente concordaram, em alterar a apresentação e a visita para o dia da reunião de Câmara.-----

Informou também que a *Fodor's Travel Intelligence*, a maior editora mundial de guias turísticos em língua inglesa e uma das maiores editoras mundiais de publicações do género, elegeu os Açores como um dos vinte e cinco locais do mundo a visitar em 2013.-----

Informou também que no dia 9 de janeiro terá lugar a apresentação do séquito real das Sanjoaninas e no dia 15 de janeiro o lançamento do livro de Ramiro Carrola, um romance / ficção baseado em factos reais onde é referida a cidade de Angra do Heroísmo, intitulado "O Crime de Shiede", no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Indicou que no dia 29 de dezembro decorre a "Corrida de São Silvestre" nas principais artérias da cidade e que no dia 9 de janeiro decorrerá o Dia de Alimentação Saudável no Mercado Duque de Bragança, informando que este projeto continuará em parceria com a Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade. A Vereadora Teresa Valadão questionou em que ponto ficou a questão da gestão do dinheiro. A Presidente respondeu que possivelmente será feita a aquisição direta dos bens, através de requisição e posterior entrega dos mesmos.-----

A Presidente passou aos destaques do cinema, evidenciando que uma das grandes vantagens do cinema digital é que se pode ver os filmes antes da realização dos "Gala dos Óscares", acrescentando, ainda, que está em estudo a possibilidade de ser utilizada a tecnologia que permite levar o bilhete do cinema no telemóvel, à semelhança do que é feito com os bilhetes de avião. A Presidente continuou com os destaques culturais.-----

A Presidente colocou de seguida à votação a inserção dos pontos fora da agenda, aprovada por unanimidade pelos Vereadores.-----

O Vereador Artur Lima abordou a questão do hotel do Cantagalo, manifestando que não foi à inauguração. Questionou quem é que atribui as cinco estrelas ao hotel, indagando igualmente sobre onde está essa classificação. Perguntou ainda se o hotel tem licença da Câmara para funcionar, reportando que o proprietário refere que não tem, acrescentando que este insulta a Autarquia e toda a gente. Indagou de seguida se o Veterinário Municipal já visitou os bares do Porto das Pipas.-----

Relativamente à visita do Veterinário Municipal aos bares do Porto das Pipas, a Presidente respondeu afirmativamente e que o mesmo mandou recentemente uma informação para serem efetuadas uma série de correções. O Vereador Artur Lima apontou que alguns bares nem casa de banho têm. A Presidente explicou que existe a mesma interpretação de um espaço comercial, em que as instalações sanitárias são comuns. Sobre a situação do hotel, a Presidente indicou que foram solicitados pela Câmara uma série de dados e que fossem cumpridos determinados parâmetros, ao que

o hotel respondeu com argumentos e sem fazer qualquer tipo de correção. Concluiu que a Câmara entende que as condições legais têm de ser reunidas para que possa ser concedida a licença de utilização.-----

O Vereador Artur Lima indicou que é exatamente por isso que o proprietário acusa a Câmara. A Presidente referiu, a propósito, o cariz arrasador do discurso do proprietário no dia da inauguração. O Vereador Artur Lima deu conta de que não foi à inauguração por não acreditar minimamente naquilo, apesar de ter recebido o convite e as insistências, igualmente reportadas pelo Vereador António Ventura. O Vereador Artur Lima indicou, ainda, ter ficado espantado com os discursos de algumas pessoas, que considerou que também deviam ser responsabilizados, concluindo que o Governo Regional terá de “descalçar a bota”. O Vereador Artur Lima indagou como é que o hotel funciona sem licença. O Vereador Artur Lima supôs que haja um prazo. A Presidente apontou que o proprietário ficou de entregar até segunda-feira os novos elementos que estavam em falta para corrigir.-----

O Vereador António Ventura perguntou quais são esses elementos, por forma a perceber gravidade do assunto. A Presidente respondeu que faltam entregar declarações dos técnicos e telas finais. O Vereador Artur Lima inquiriu sobre o número de quartos em funcionamento no hotel. A Presidente indicou que estão a funcionar dois andares, em termos de alojamento. O Vereador António Ventura concluiu que os requisitos impostos pela Câmara não são estruturais mas formais. A Presidente confirmou. O Vereador Artur Lima questionou se a obra foi dada como concluída. A Presidente esclareceu que foi solicitada a emissão da licença de utilização. O Vereador António Ventura interrogou como é que se inaugurou então o hotel. A Presidente referiu novamente a lacuna legal, que disse ser um processo intermédio, reiterando que o proprietário recorreu ao tribunal para que este obrigasse a Câmara a emitir a licença. O Vereador António Ventura indagou se o tribunal é que determinou a abertura do hotel. A Presidente respondeu que o tribunal deu razão à Câmara, mas entretanto o hotel foi inaugurado e o tribunal não o mandou encerrar, indicando que tal se deve à referida lacuna na lei. O Vereador António Ventura inquiriu há quanto tempo foram solicitados os dados em estão falta e quando é que o proprietário foi informado. A Presidente reportou que o último ofício a solicitar dados remonta a meados de outubro ou novembro. O Vereador Artur Lima questionou sobre a data de inauguração, que o Vereador António Ventura indicou ter sido em setembro. O Vereador António Ventura perguntou à Presidente sobre o prazo de entrega dos referidos dados. A Presidente indicou que varia entre sessenta e noventa dias, podendo ir até aos seis meses.-----

O Vereador Artur Lima questionou como é que, neste cenário, a Câmara fornece água a este hotel. A Presidente respondeu que fornece da mesma maneira que fornece a outros hotéis que abriram em situações semelhantes, salvaguardando que estes são processos que levam muito tempo. A Presidente indicou ainda que há vários cafés e restaurantes que estão na mesma situação, mas aos quais é dada uma licença provisória e que permite que funcionem, desde que esteja a decorrer o processo de regularização e entrega de documentos, processo que indicou poder levar muito tempo.-----

A Presidente reiterou que o proprietário ficou de entregar segunda-feira os elementos em falta. O Vereador Artur Lima solicitou cópia do processo. O Vereador António Ventura reiterou a questão sobre as consequências da documentação não ser entregue. A Presidente destacou que há vários processos semelhantes na cidade que se arrastam há anos, realçando que não são dez nem vinte casos, são mais. O Vereador António

Ventura supôs que assim o proprietário tem a garantia que pode continuar com o hotel aberto. A Presidente considerou que não, destacando que o proprietário precisa da licença para receber a participação financeira, sublinhando que a Câmara tem mantido a sua posição e sido condescendente em parte, nomeadamente em relação à licença provisória e possibilidade de abertura, conforme faz com os restantes processos. O Vereador Artur Lima apontou que aos restantes casos são dados sessenta dias e depois são aplicadas multas. A Presidente reiterou que pode dar exemplos de casos que duram há anos. O Vereador Fernando Dias referiu que não pode ser assim, questionando sobre o que a legislação estipula sobre o assunto. A Presidente deu novamente o exemplo de um documento entregue não estar em conformidade e que é devolvido para retificação o que aumenta novamente o prazo, reiterando que há situações que se arrastam por muito tempo. A Presidente destacou ainda as alterações que são feitas à legislação e que obrigam à reformulação dos procedimentos. O Vereador Fernando Dias afirmou que não se pode deixar arrastar os processos durante tanto tempo. A Presidente salvaguardou que este nem é o caso, uma vez que o hotel abriu em setembro e supostamente os documentos em falta serão entregues em breve, conforme foi referido anteriormente. A Presidente deu conta que há casos muito diferentes, cujas razões para os procedimentos não serem concluídos de imediato são muito díspares, dando o exemplo de questões relacionadas com o registo predial e com herdeiros, referindo a propósito o exemplo de habitações sociais em que houve esse problema. O Vereador Artur Lima destacou que houve algumas situações que nunca se quis regularizar, conforme disse que aconteceu há pouco tempo, situação que só ficou resolvida quando foi conveniente para o empreiteiro e quando este quis vender, dando conta de se estar a referir à situação com a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI). A Presidente esclareceu que essas habitações estavam regularizadas.-----

O Vereador Artur Lima retomou o assunto do Cantagalo e questionou sobre a reação de um turista que vê a fotografia do quarto e depois de chegar ao hotel se depara com o cenário da cave, que disse assemelhar-se a um estaleiro. A Presidente concordou que o cenário não é particularmente bonito, considerando que seria fácil de resolver, tapando o interior. O Vereador Artur Lima considerou que a Câmara deveria instruir o proprietário para que tapasse a cave devidamente, acrescentando que se o hotel está a funcionar tal não devia estar à vista dos clientes. A Presidente apontou que se poderá aconselhar nesse sentido, já que o que se passa é no interior, ou seja, não constitui nenhum tipo de perigo de ruína, reiterando que se pode aconselhar à semelhança do que fizeram com um imóvel no centro da cidade, que o proprietário autorizou que a Câmara tapasse a fachada. O Vereador Artur Lima concluiu que vai acontecer a este hotel o mesmo que aconteceu ao da Serretinha. O Vereador Fernando Dias concordou. A Presidente disse esperar que não.-----

O Vereador António Ventura, em relação às situações irregulares que permanecem na cidade de Angra, indagou se estas licenças provisórias estão enquadradas legalmente. A Presidente respondeu que a Câmara tem vindo a reduzir o número de licenças provisórias, deixando de as renovar nos casos em que os processos de regularização não estão em andamento o processo de regularização. O Vereador António Ventura referiu que há câmaras que estão a utilizar um processo intitulado Licenciamento Zero, que a Presidente disse não conhecer bem, assim como o próprio Vereador António Ventura.-----

O Vereador Artur Lima afirmou que a lei autárquica que foi aprovada no Conselho de Ministros é mais um escândalo, assinalando que é por isso que o país não vai para a

frente. A Presidente acrescentou que os municípios que estão com endividamento igual ou superior a cem por cento do seu orçamento dos últimos três anos ficam sujeitos a um regime apertado de controlo das suas contas e que os que têm mais de duzentos e vinte e cinco por cento dos últimos três anos passam a ter um gestor autárquico. O Vereador Fernando Dias questionou se estavam a referir-se à nova Lei das Finanças Locais. A Presidente respondeu afirmativamente, apontando que foi aprovada no dia anterior. Os Vereadores concordaram que a nova lei é um escândalo. A Presidente salvaguardou ainda que todos os municípios são obrigados a contribuir através do investimento em fundos do Estado.-----

O Vereador Artur Lima reiterou a sua posição, apontando de seguida a reforma autárquica, a qual passou apenas por extinguir freguesias, recordando que defende, há três anos, que esta devia passar por encerrar câmaras e empresas municipais, destacando que aí é que está a corrupção e os gastos de dinheiro. A Presidente manifestou que é da opinião que se encerrem empresas municipais, mas não cegamente. O Vereador António Ventura apontou que não há estudos que suportem essa posição. O Vereador Artur Lima ressaltou que nos Açores há seis câmaras falidas. O Vereador Artur Lima indagou a razão do Governo retirar mil milhões de euros para dar às câmaras falidas ao mesmo tempo que as pessoas ficam sem subsídio de férias e de Natal, anotando que o Governo diz querer reformar o Estado Social, afirmando que o que tem de ser reformado é o Estado, considerando que esta reforma começa pelo Poder Local, mas que foram à parte mais fraca deste, que são as freguesias e que são as que representam menos despesa. A Presidente concordou, acrescentando que as freguesias fazem falta. Apesar disso, o Vereador Artur Lima deu conta que entende que há freguesias que devem ser extintas. O Vereador António Ventura referiu-se nomeadamente às urbanas. A Presidente assinalou que a aplicação das regras de extinção está a ser cega, considerando que devia ser feita caso a caso. O Vereador António Ventura apontou que a próxima medida será relativamente às Câmaras, opinião que não foi consensual entre os Vereadores. A Presidente colocou a possibilidade de tal acontecer apenas depois das eleições. O Vereador Artur Lima recordou ter defendido que o CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular) nunca devia ter integrado este Governo e, posteriormente, que já devia ter saído.-----

O Vereador António Ventura salvaguardou que há uma coisa a louvar, nomeadamente os treze mil milhões de euros de cortes estruturais. A Presidente questionou qual foi o aumento para compensar esses cortes. O Vereador Artur Lima inquiriu retoricamente onde é que estes são feitos. O Vereador António Ventura anotou que não estava a dizer se foi ou não bem feito. O Vereador Artur Lima dirigiu-se à Presidente, afirmando que primeiro têm de olhar para si, antes de olhar para os outros, fundamentando que, relativamente à Culturangra, ninguém quer fazer despedimentos, questionando como é que se reforma o Estado e como é que se diminui a despesa, dando ainda o exemplo da Horta e da fusão de empresas. A Presidente respondeu que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo é um belo exemplo, uma vez que não está endividada, tem as suas contas regularizadas e equilibradas, mantém a sua situação perfeitamente normalizada, indagando qual é a necessidade que tem de se despedir pessoas. A Presidente concluiu que têm que se de cortar é onde é preciso, indicando que já se está a obrigar a Câmara a despedir pessoal, referindo que se vai perder todos os recursos humanos relativos a prestação de serviços. A Presidente sublinhou, de seguida, que são das poucas câmaras do país cujo endividamento está dentro dos limites legais, bem como o pagamento aos fornecedores. Reiterou que os cortes são cegos, porque são feitos transversalmente e de forma igual para todos, referindo o exemplo do corte de dois por

cento no pessoal das autarquias, independentemente do número de habitantes ou de funcionários. O Vereador Artur Lima concordou.-----

A Presidente referiu que este ano não houve cortes nas transferências, mas houve em 2011 e em 2012. O Vereador Fernando Dias sublinhou que em 2013 o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para as câmaras será exatamente igual. A Presidente indicou que o corte foi de três milhões e meio nos anos anteriores. O Vereador Fernando Dias referiu de seguida o IMI ([Imposto Municipal Sobre Imóveis](#)), realçando que o acréscimo da receita vai para as câmaras. A Presidente esclareceu que não será bem assim, uma vez que essa receita só pode ser usada para pagar a fornecedores, para pagar a dívida bancária a médio e longo prazo ou para ser investida em fundos do Estado. A Presidente apontou que estão é a dar dinheiro ao Estado. O Vereador Fernando Dias considerou que é antes um empréstimo.-----

O Vereador Artur Lima inquiriu se o Governo já pagou o IRS (Imposto Sobre Pessoal Singulares) à Câmara, indagando qual é o prazo para o pagamento. Deu ainda conta de querer saber o montante em falta e os anos a que diz respeito, para que possam avançar para o tribunal, declaração com a qual o Vereador Fernando Dias concordou. A Presidente questionou se o Vereador se está a referir ao Governo Regional. O Vereador Artur Lima respondeu afirmativamente, reportando que o Tribunal Constitucional decidiu nesse sentido. A Presidente deu conta que não sabia desse facto, apontando que o montante em dívida em 2009, de março a dezembro, é de oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oito e o de 2010 no montante de noventa e um mil, setecentos e oitenta, referente ao mês de dezembro, concluindo que é quase um milhão de euros, recordando que esta informação foi entregue na reunião de 19 de novembro. O Vereador António Ventura questionou se a situação se mantém. A Presidente assentiu. O Vereador Artur Lima inquiriu o que se pagou em 2011. A Presidente indicou que foi uma situação de transferência, acrescentando que tanto quanto sabe 2012 tem sido transferido pelo Governo da República, anotando que ia confirmar esta situação. O Vereador António Ventura e o Vereador Artur Lima referiram novamente o acordão do Tribunal Constitucional e este último apontou que quer seja o da República ou o Regional o processo tem de seguir para o tribunal. A Presidente recordou que a câmara, bem como outras autarquias apresentaram processos nesse sentido e ganharam na primeira instância, mas que o Tribunal Constitucional determinou que é o Governo da República é que tem de pagar, dando conta que não tem informação detalhada sobre o assunto.-----

O Vereador Fernando Dias disse que pretendia deixar nota sobre a redução do ritmo de apresentação das atas, acrescentando que há muito tempo que não vem nenhuma a reunião de Câmara. O Vereador Artur Lima apontou que há três reuniões que não vem nenhuma a aprovação. A Presidente apontou que há apenas duas em atraso, recordando que vieram várias recentemente a reunião. O Vereador Fernando Dias deu conta de que são mais, mas de qualquer forma considerou que em todas as reuniões tem de haver pelo menos a apresentação de uma ata. A Presidente recordou ter dito que a determinada altura a responsabilidade foi da Câmara, por via do volume de trabalho que houve e por causa destas serem revistas internamente. Reportando que houve um pequeno atraso por parte da empresa, mas informando que tem na sua posse as atas em atraso.-----

À semelhança do que aconteceu no dia anterior na reunião da Assembleia Municipal, o Vereador António Ventura destacou o voto de pesar sobre o falecimento do autarca Carlos Pinheiro, que disse que era um exemplo de serviço público à freguesia e à

comunidade. Afirmou que, apesar de este ter exercido vários cargos, deve-se elogiar, reconhecer e valorizar o cidadão, enquanto pessoa dedicada e empenhada descomprometidamente à freguesia. Apontou que enquanto Presidente da Casa do Povo, que se vestia de Pai Natal todos os anos para dar prendas na freguesia e organizava festividades. Exaltou mais uma vez a sua dedicação pública, que considerou que serve como exemplo de quem trabalha para os outros e em conjunto, reiterando que têm de reconhecer o seu trabalho. Anotou que ainda bem que a Presidente o recordou, manifestando este pesar devendo a Câmara tem de emitir publicamente e à família este voto para como autarca e cidadão do mundo, do país, da ilha Terceira e da freguesia da Feteira.-----

A Presidente sugeriu que quando votarem a integração dos pontos fora da agenda incluam também esse voto de pesar. Manifestou seguidamente que subscreve na íntegra as palavras do Vereador António Ventura e que se associa ao voto de pesar, acrescentando que fica satisfeita, tal como foi referido na reunião do dia de ontem, que a proposta do senhor Carlos Pinheiro relativamente à quinta pedagógica tenha sido concretizada ainda em vida, dando conta que a escritura será lavrada na tarde do corrente dia, mas que a inauguração decorreu antes e na qual ele esteve presente.-----

O Vereador Artur Lima também se associou ao voto de pesar, dando conta que era uma pessoa que estimava e subscrevendo as declarações do Vereador António Ventura. Considerou que o senhor Carlos Pinheiro era um exemplo, reportando que recebia toda a gente bem na sua freguesia, acrescentando que fez um excelente trabalho, sobretudo na Casa do Povo.-----

A Presidente passou de seguida à votação da inserção dos pontos fora da agenda, aprovada por unanimidade pelos Vereadores.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 6819 – Pedido efetuado pela **Associação de Atletismo da Ilha Terceira**, com vista à suspensão de trânsito na Rua da Carreirinha, Rua Dr. Alfredo da Silva Sampaio, estrada do Ciclo, Ladeira de São Bento e Largo de São Bento, no dia 5 de janeiro de 2013, das 15:30 às 17:00 horas, destinada à realização da corrida de S. Silvestre, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Isenção de Taxa

Ent. 6881 – Pedido de isenção de taxa, efetuado pela **Pirotecnia Oleirense**, referente à licença especial de ruído, para o lançamento de fogo de artifício, nos dias 31 de dezembro 2012 para 1 de janeiro de 2013, no Hotel Terceira Mar, Hotel Beira Mar, Angra Marina Hotel e Restaurante Cachalote, por ocasião da passagem de ano, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

O valor da taxa a pagar é de €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos) – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

A Presidente indicou que durante em alguns anos a Câmara, enquanto teve possibilidade, fazia o fogo-de-artifício do fim de ano, tendo deixado de o fazer. A Presidente reportou que esta empresa contactou os hotéis e restaurante e conseguiu que estes se unissem no sentido de fazer o lançamento de fogo-de-artifício nestes locais, por ocasião da passagem do ano. Indicou que a presente solicitação é para que a

Câmara se associe à iniciativa, isentado a respetiva taxa, que disse ser no valor de treze euros e sessenta cêntimos.-----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Pedidos de Isenção de pagamento de taxas

Pº 01/2011/01 - Requerimento datado de 4 de Outubro do corrente ano, de **Associação Agrícola da Ilha Terceira**, com sede na Avenida Álvaro Martins Homem, nº 31, freguesia de Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, artigo 5º, do Regulamento Municipal de Taxas, a isenção do pagamento, no todo ou em parte, da taxa de 425,22€ (quatrocentos e vinte e cinco euros e vinte e dois cêntimos), devida pela eventual emissão do alvará de construção, referente às obras de remodelação de edifício sito no lugar acima mencionado. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas em 50%.-----**

O Vereador Artur Lima inquiriu se a proposta é isentar a taxa na totalidade. A Presidente ressaltou que normalmente é cinquenta por cento. O Vereador Artur Lima indagou se o valor mencionado é o total. A Presidente respondeu que sim, que o total são quatrocentos e vinte e cinco euros e vinte e dois cêntimos. O Vereador Fernando Dias questionou se os cinquenta por cento são devido à classificação de património mundial. A Presidente explicou que normalmente se atribuiu a isenção de cinquenta por cento às associações. O Vereador António Ventura destacou que o edifício não é da associação. O Vereador Fernando Dias acrescentou que nem está situado na zona classificada. O Vereador António Ventura supôs que a questão é o facto do referido edifício ser público, indicando que é do Governo Regional. A Presidente esclareceu que está apenas em causa a isenção da taxa, sendo as obras assumidas pela associação. A Presidente realçou o peso que esta associação tem na ilha e o fim que serve, considerando que deviam isentar em cinquenta por cento. O Vereador Artur Lima manifestou que a associação agrícola não tem qualquer peso na ilha, distinguindo-a dos agricultores, concluindo que são coisas diferentes, que não confunde. O Vereador

António Ventura salvaguardou a importância histórica do edifício, supondo que se a associação agrícola está empenhada em manter o mesmo e se este voltar para o serviço público devem insentar as taxas. O Vereador Artur Lima questionou se as associações estão previstas no n.º 1, artigo 5º, do Regulamento Municipal de Taxas, dando conta de não ter em sua posse o regulamento. O Vereador Hugo Rosa indicou que sim, passando a ler o mesmo.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido Apoio

Ent. 6808 – Comunicação da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, solicitando um apoio financeiro para recuperação de uma casa de banho e cozinha, de uma moradia pertencente aquela Junta, que se encontra habitada por pessoa que sofre de grandes carências. Para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir o citado apoio no valor total de €1.157.94.**-----

A Presidente indicou que a referida casa, situada na freguesia das Cinco Ribeiras, está ocupada por uma pessoa com sérias dificuldades financeiras, acrescentando que há outra casa ao lado na qual reside um agregado familiar maior, com crianças, dando conta que a ideia é que trocassem de casa, visto que a primeira é maior. Posto isto, anotou que o pedido de apoio financeiro é para a recuperação da casa de banho e cozinha da casa maior, para onde se mudará o agregado familiar.-----

O Vereador Fernando Dias referiu que o caso em apreciação é de uma pessoa com vinte e oito anos de idade, indagando sobre a natureza das referidas carências. A Presidente respondeu que são problemas sociais.-----

O Vereador Artur Lima anotou que o pedido devia vir fundamentado. A Presidente indicou que se conhece muito bem este caso na Câmara.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se o apoio não é para ser dado à pessoa em causa, mas à junta de freguesia. A Presidente confirmou.-----

O Vereador Artur Lima questionou se a permuta é aceite por ambas partes. O Vereador Fernando Dias destacou que as casas são da junta de freguesia. O Vereador Artur Lima inquiriu sobre o valor em causa, que a Presidente disse ser de mil cento e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos. O Vereador Fernando Dias perguntou se o valor é atribuído em espécie. A Presidente respondeu que será em bens. O Vereador Artur Lima inquiriu o motivo pelo qual só consta um orçamento. A Presidente respondeu que o valor em causa é um ajuste direto, acrescentando que o orçamento presente é o mais baixo.-----

Unidades Flexíveis da Estrutura Orgânica

Ent. 1967 e 6897 - Proposta da Presidente da Câmara, datada de 21 de dezembro com vista a aprovação pelo órgão executivo das competências e atribuições das unidades flexíveis da estrutura orgânica do Município, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro que estipula que compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal definir as atribuições e competências das unidades flexíveis, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e 4 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), concordou com o modelo da estrutura interna do Município de A.H., dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.**-----

A Presidente indicou que, depois de aprovada a estrutura no dia anterior, se trata do procedimento habitual que é feito a cada unidade orgânica, com base no que está previsto na legislação.-----

Remuneração do Comandante de Meios Operacionais e de Proteção Civil

Ent. 1955 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 19 de dezembro corrente, no sentido de se fixar a remuneração do Comandante de Meios Operacionais e de Proteção Civil no montante correspondente ao cargo de Chefe de Divisão, a que acrescerá despesas de representação nos termos legais, para aprovação. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS**

(Partido Socialista) e 3 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e um voto contra do Vereador do CDS-PP Centro Democrático Social/Partido Popular), aprovou a presente proposta. -----

A Presidente explicou que a proposta vinha no sentido de se definir a remuneração do Comandante no âmbito da nova orgânica e da criação do Comandante de Meios Operacionais, destacando que neste caso acresce aos Meios Operacionais a Proteção Civil, dando conta que a proposta é que o mesmo seja equiparado ao cargo de Chefia de Divisão. O Vereador António Ventura questionou o motivo da equiparação. A Presidente respondeu que é uma decisão a tomar sobre o assunto. -----

O Vereador Artur Lima disse desconhecer a existência de um Comandante de Meios Operacional. A Presidente respondeu que o mesmo existe no âmbito da Proteção Civil Municipal, ressaltando que o Comandante será nomeado. O Vereador Artur Lima disse desconhecer quem faz parte desse serviço, inquirindo quantas pessoas são. A Presidente respondeu que a Proteção Civil Municipal e a unidade de Meios Operacionais terão a seu cargo cerca de cem ou cento e cinquenta homens. O Vereador Artur Lima perguntou se já existe o Plano Municipal. A Presidente respondeu afirmativamente, realçando que foi dos primeiros na Região. O Vereador Artur Lima questionou se o Comandante vai usar farda. A Presidente respondeu que usará se necessário. O Vereador Artur Lima inquiriu como é que se pode reformar o Estado quando existem cargos como este, que disse engordarem o Estado, quando por sua vez se corta na saúde e na segurança social. O Vereador Artur Lima referiu que havia um Coordenador na Orgânica, questionando qual a equiparação do mesmo. A Presidente indicou que era de coordenador de terceiro grau. O Vereador Artur Lima inquiriu por que é que não continua a ser, reportando-se à revisão da orgânica efetuada pela anterior Presidente de Câmara, altura em que disse ter sido criado este cargo e uma Chefia de terceiro grau para o posto de Comandante. A Presidente esclareceu que era Coordenador e não Comandante. A Presidente explicou que essa revisão, há cerca de dois anos, foi efetuada por imposição legal, anotando que agora são novamente obrigados por lei a rever e a reorganizar a orgânica até ao final do corrente ano, nomeadamente através da redução das chefias, que explicou que vai acumular duas funções. O Vereador Artur Lima apontou que se trata de um aumento de despesa. A Presidente explicou que é precisamente o contrário. O Vereador Fernando Dias questionou se o cargo não conta para o limite de chefias imposto legalmente. A Presidente explicou que o cargo de Coordenador chefiava uma parte dos funcionários, passando agora o Comandante a gerir a totalidade. O Vereador Artur Lima perguntou quem é que chefiava anteriormente a outra parte. A Presidente disse que eram quatro pessoas e que vão ficar com duas. A Presidente apontou, ainda, que agora só poderão ter quatro Chefes de Divisão e um Coordenador de terceiro grau, explicando que este último ficou afeto à área Cultural. O Vereador Artur Lima apontou que o cargo de Comandante é uma promoção, considerando esta situação escandalosa e inquirindo qual o vencimento de um Coordenador de terceiro grau. A Presidente deu conta que é de cerca de mil e quinhentos euros. O Vereador Artur Lima disse ainda querer saber qual o rendimento do Comandante, bem como as ajudas de custo e as despesas de representação, concluindo a importância de apurarem o aumento de despesa. A Presidente esclareceu que há redução de despesa. O Vereador Artur Lima manteve a sua posição, considerando que os munícipes têm de saber quanto é que se vai gastar. A Presidente concordou com a última parte.-----

O Vereador António Ventura sugeriu o adiamento da discussão para a próxima reunião. A Presidente reiterou que a questão da orgânica tem de ficar definida até 31 de dezembro. O Vereador Hugo Rosa destacou que se a proposta não for aprovada as unidades ficam sem chefia. O Vereador Artur Lima apontou que têm o Coordenador. A Presidente indicou que este cargo deixa de existir no final do corrente ano, por força da lei, que obriga a redefinir as chefias, sublinhando que a orgânica já foi aprovada. O Vereador Artur Lima questionou por que é que se equiparou o Comandante a Chefe de Divisão. A Presidente explicou que é por via das funções que este vai assumir, assinalando que o Vereador tem a possibilidade de fazer outra proposta. O Vereador Artur Lima anotou que se pode equiparar a técnico superior. A Presidente ressaltou que técnicos superiores são todas as pessoas que ocupam esse tipo de cargos, acrescentando que terão de impôr uma diferença para quem faz a coordenação de cento e cinquenta homens, que considerou que não poderá receber menos do que quem coordena vinte ou trinta.-----

O Vereador Fernando Dias realçou a importância de se apurar as responsabilidades destas pessoas, indagando quantas dirige um Chefe de Divisão de outra área. O Vereador Artur Lima apontou que o Comandante vai dirigir cento e cinquenta pessoas, questionando quem são. A Presidente disse que são os funcionários das oficinas, que o Vereador Artur Lima destacou terem os seus respetivos chefes. A Presidente esclareceu que têm encarregados, acima dos quais está a chefia. O Vereador Fernando Dias frisou que o Comandante vai gerir um orçamento de dois milhões de euros, dando conta que é o segundo maior orçamento das unidades orgânicas, concordando que não poderá receber menos do que os outros. O Vereador Artur Lima apontou que os dois milhões que vai gerir são referentes a ordenados. A Presidente disse que não é só essa vertente. O Vereador Fernando Dias acrescentou que se trata de gerir pessoas, com um orçamento de dois milhões. A Presidente indicou novamente que os Vereadores poderão fazer outra proposta. O Vereador Artur Lima apontou que os meios operacionais estão a integrar a proteção civil. A Presidente esclareceu que se trata do contrário, são maioritariamente meios operacionais. O Vereador Artur Lima indagou sobre a situação do Eng. Artur Gonçalves, cujo cargo de Diretor de Departamento a Presidente indicou que será extinto após o fim da sua comissão de serviço, passando posteriormente a técnico superior. A Presidente informou que será depois aberto concurso para todos os chefes de divisão. A Presidente reiterou que vão passar de quatro para dois, indicando que as unidades serão: Urbanismo, passando a indicar alguns nomes dos funcionários que a compõe; Meios Operacionais e Proteção Civil, que disse que vai incluir desde o jardineiro ao carpinteiro, passando pelo coveiro e pelo serralheiro, entre outros; Serviços Integrados. O Vereador Artur Lima inquiriu se não vai haver concurso para o cargo. A Presidente esclareceu que o cargo de Comandante é de nomeação. O Vereador Artur Lima inquiriu quem é o nomeado. A Presidente respondeu que ainda não teve lugar a nomeação. O Vereador Artur Lima disse querer saber quais são os cento e cinquenta funcionários que ficam a cargo do Comandante. A Presidente replicou que são 17 Jardineiros, 10 Coveiros, 1 Canalizador, 5 ou 6 Mecânicos e pessoal das oficinas de mecânica, 50 ou 70 Cantoneiros. O Vereador Artur Lima indagou se este é o pessoal da Proteção Civil. A Presidente esclareceu que se trata de pessoal dos meios operacionais, destacando que houve uma acumulação das unidades, por via da redução das chefias. O Vereador Artur Lima considerou que tal foi mal feito. A Presidente afirmou que é a lei que prevê assim. A Presidente reiterou que a Proteção Civil e meios operacionais são apenas uma unidade. O Vereador Artur Lima considerou que se está a atribuir uma chefia ao Comandante porque se quer, acrescentando que

este não será responsável pela chefia destes funcionários. A Presidente indicou que, antes pelo contrário, este será o único responsável por esses funcionários. O Vereador Fernando Dias indagou se não for ele quem é que poderá ser o responsável. A Presidente respondeu que ninguém.-----

A Presidente reiterou que o cargo de Comandante integra o antigo cargo de Chefe de Divisão de Obras Municipais e a Proteção Civil, concluindo que o mesmo acontecerá nas restantes divisões, que tiveram de ser englobadas em unidades maiores, com várias secção.-----

O Vereador Artur Lima destacou que a lei não prevê um Comandante de Meios Operacionais e de Proteção Civil, mas sim um Comandante Operacional Municipal, considerando que o mesmo foi empoado. A Presidente retorquiu que não se trata de empoamento, mas sim da definição do que consideraram mais vantajoso para o Município, reiterando que foi a lei que estabeleceu os limites. O Vereador Hugo Rosa apontou que, independentemente da designação, a proposta seria esta. O Vereador Artur Lima perguntou à Presidente se tem no município um corpo de bombeiros profissional. A Presidente supôs que não, apontando que os que existem são voluntários e não são municipais, mas aos quais é dado um apoio anual. A Presidente acrescentou pensar que os únicos remunerados são os condutores das ambulâncias. O Vereador Artur Lima assinalou que a Câmara poderia ter resolvido a situação no termos do n.º.5 do artigo 13º, que prevê que seria o Comandante dos Bombeiros o responsável.-----

A Presidente afirmou que a Câmara está a reduzir os custos com as chefias em largas dezenas de milhares de euros por ano, porque tinha catorze chefias e estão a reduzir para sete ou oito. O Vereador Artur Lima indicou que se está a fazer o previsto na lei. A Presidente assentiu, acrescentando que se está a definir se o Comandante de Meios Operacionais e de Proteção Civil deve ser remunerado nos mesmos termos que os restantes Chefes de Divisão, por via das funções que vai desempenhar, concluído que tudo o resto já foi aprovado e dando novamente conta daquela que é a sua proposta. O Vereador Artur Lima assegurou que conseguirá adivinhar a nomeação. A Presidente, relativamente ao concurso para as Chefias de Divisão, informou que já deu indicação internamente para que o júri do mesmo seja externo à Câmara, para que não haja qualquer tentativa de valorização. O Vereador Artur Lima voltou à questão do Comandante, destacando que é um cargo nomeado, com remuneração igualmente nomeada. A Presidente ressaltou novamente que lhes compete estipular essa remuneração, manifestando mais uma vez o seu entendimento, questionando o Vereador Artur Lima sobre qual o seu. O Vereador Artur Lima apontou que se trata de uma chefia atípica, porque não tem um conteúdo funcional homogéneo, afirmando que é uma amálgama. A Presidente constatou que é o que sempre foi enquanto meios operacionais, crescendo-lhes agora a parte da Proteção Civil, para as alturas de crise. O Vereador Artur Lima referiu que a lei que prevê o Comandante Operacional é de 2007. A Presidente esclareceu que a que estabelece a nova orgânica é a lei n.º.49/2012 de 29 de agosto. O Vereador Artur Lima reiterou que este cargo já estava previsto na lei n.º.65/2007. A Presidente explicou que a lei foi alterada este ano. O Vereador Artur Lima indagou se há uma Comissão Municipal de Proteção Civil. A Presidente respondeu que desconhece a sua existência. O Vereador Artur Lima solicitou essa informação.-----

O Vereador António Ventura apontou que o Presidente da Proteção Civil Municipal é a Presidente da Câmara. A Presidente confirmou. O Vereador Artur Lima leu o artigo 3.º da lei n.º 65/2007 de 12 de novembro, que estabelece a Comissão Municipal de Proteção Civil, designadamente o Comandante Operacional Municipal, concluindo que a

lei já impõe este cargo desde 2007 e que se trata de desleixo e negligência do anterior executivo nesta matéria. A Presidente considerou que não é disso que se trata, recordando que a revisão orgânica foi feita há dois anos por imposição legal, voltando agora sê-lo e cuja aprovação da estrutura decorreu em reunião de Câmara há cerca de um mês e na qual ressaltou haver um Comandante, quatro Chefes de Divisão e um Coordenador de terceiro grau na Câmara e mais três Chefias de Divisão dos Serviços Municipalizados. Realçou que houve uma redução drástica em termos de Chefias. O Vereador Artur Lima insistiu que este cargo está previsto desde novembro de 2007 e que nunca foi criado, indagando a razão de o ser agora. A Presidente passou a ler o artigo 10º da lei nº.49/2012 de 29 de agosto. O Vereador Artur Lima reiterou a sua questão, concluindo que há ilegalidades graves desde início, manifestando querer saber quem integra a Comissão Municipal de Proteção Civil. O Vereador Artur Lima concluiu que se considera a lei escandalosa e um atentado às finanças públicas, bem como aos sacrifícios que os portugueses estão a fazer, ressaltando que a Câmara está a colaborar, porque já devia ter o Comandante nomeado, com respetiva remuneração, desde 2007, conforme prevê a lei n.º 65/2007 de 12 de novembro. O Vereador Artur Lima reiterou que se pretende aumentar despesa nesta altura, afirmando que não lhe interessa o que diz a lei deste ano, acrescentando que discorda frontalmente, questionando novamente a razão do Comandante Operacional de Proteção Civil nunca ter sido nomeado, quando estava previsto na lei desde 2007. O Vereador Artur Lima concluiu que vota contra a proposta.-----

A Presidente concordou que a lei não está bem elaborada e que vem criar dificuldades acrescidas aos municípios, reduzindo excessivamente as chefias, o que disse representar uma redução de custos para o município e ao mesmo tempo tem como consequência uma sobrecarga para as chefias, que disse que vão acumular praticamente duas das anteriores áreas.-----

Pedido de parecer prévio – transcrição de atas

Ent. 1954 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 21 de dezembro, no sentido de ser submetido ao órgão executivo o pedido de parecer previsto no artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para 2012, relativamente à aquisição de serviços de transcrição de atas das reuniões da Câmara Municipal. - **A Câmara Municipal deliberou retirar este assunto, com vista a apreciação do mesmo na próxima reunião.** -----

A Presidente começou por referir que foram solicitadas propostas para as transcrições das atas, das quais indicou que houve uma que foi excluída, porque solicitaram um valor mensal e a proposta foi apresentada com o valor por ata. Deu conta que é presente o valor mais baixo apresentado que é respeitante à mesma empresa que presta o serviço atualmente.-----

O Vereador Fernando Dias apontou a hipótese, com a internalização da Culturangra, de haver quem faça o trabalho internamente.-----

Suspensão de períodos de candidaturas – RMIAIM

Ent. 1953 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 19 de dezembro corrente, no sentido de se suspender a abertura das épocas de candidaturas previstas no actual Regulamento Municipal de Incentivo a Atividades de Interesse Municipal, com vista à uniformização de procedimentos no que concerne à atribuição de apoios, sendo que a abertura de novas épocas será deliberada aquando da aprovação do novo regulamento, para aprovação do órgão executivo municipal. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a suspensão da abertura das épocas de candidaturas previstas no actual RMIAM.**-----

A Presidente realçou o facto de o assunto já ter sido abordado anteriormente.-----

Relatório de gestão do 3.º trimestre de 2012 TERAMB

Ent. 6876 – Ofício n.º 248/2012, datado de 20 de dezembro de 2012, da **TERAMB, EEM**, remetendo o relatório de gestão do 3º trimestre de 2012, para conhecimento do órgão executivo. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

O Vereador Fernando Dias anotou a dificuldade, já mencionada anteriormente, em conseguir ler devidamente os quadros apresentados, por via do tamanho dos mesmos, nota com a qual a Presidente concordou.-----

Orçamento e Plano de Atividades para 2013 da TERAMB

Ent. 6876 – Ofício n.º 248/2012, datado de 20 de dezembro de 2012, da **TERAMB, EEM**, remetendo o Orçamento e Plano de Atividades para o ano 2013, para aprovação do órgão executivo municipal. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este documento.**-----

O Vereador Hugo Rosa começou por fazer uma errata oral a alguns lapsos que o documento contém, nomeadamente o facto de as páginas não estarem numeradas, de haver um corte de linha, procedendo de seguida a algumas correções ortográficas. Sobre a referência à aprovação do projeto o Vereador Hugo Rosa informou que a mesma chegou no dia anterior, explicando que foi aprovada a candidatura da Teramb (Empresa Municipal Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira) de reordenamento de aterro e da construção da central de valorização energética.-----

O Vereador Fernando Dias indagou se estão previstos na candidatura os ecocentros. O Vereador Hugo Rosa respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias questionou sobre a situação da oitava bolsa, que o Vereador Hugo Rosa indicou também estar prevista. O Vereador Fernando Dias inquiriu se estaria aprovada. O Vereador Hugo Rosa assentiu.-----

O Vereador António Ventura questionou sobre o financiamento próprio. O Vereador Hugo Rosa indicou que a candidatura aprovada prevê o financiamento de oitenta e cinco por cento, sendo os restantes quinze autofinanciamento. O Vereador Artur Lima indicou que será assegurado através de um empréstimo bancário, que o Vereador Fernando Dias destacou que têm de vir à reunião de Câmara. A Presidente pressupôs que sim, apesar do mesmo não contar para o endividamento do Município. O Vereador Hugo Rosa informou que foram contactadas duas entidades bancárias, sendo que uma respondeu e a outra ainda não, considerando que o ideal seria que houvesse um sindicato bancário entre as duas, mas sublinhou que pelo menos existe uma resposta positiva de uma delas. O Vereador Fernando Dias ressaltou que os empréstimos a

médio e longo prazo têm de ser homologados pela Câmara. A Presidente apontou que vão vir. O Vereador Artur Lima referiu que o financiamento de quinze por cento era condição prévia para a aprovação do projeto. O Vereador Hugo Rosa indicou que é condição que haja uma carta de conforto por parte de uma entidade bancária, assinalando que há esse compromisso por parte de uma das contactadas, considerando que era interessante acumularem as duas propostas por forma a haver o referido sindicato bancário. O Vereador Fernando Dias supôs que assim o plano de investimento está sujeito a alterações, porque basicamente o que está previsto é a bolsa e os ecocentros. O Vereador Hugo Rosa respondeu que transitam do ano passado. O Vereador Artur Lima realçou que transita tudo desde a sua conceção. O Vereador Hugo Rosa apontou que no final de 2013 começará a execução da construção da central de valorização energética, cuja verba prevista o Vereador Artur Lima constatou ser de um milhão e setecentos mil euros. O Vereador Hugo Rosa destacou que está previsto que a execução comece em 2013, embora venha a ser provavelmente faturada em 2014.-----

O Vereador António Ventura inquiriu se houve comunicação formal da aprovação. O Vereador Hugo Rosa deu conta que já havia uma resposta informal, mas insistiram em que houvesse a aprovação formal, que reiterou ter chegado ontem, acrescentando que no dia anterior, aquando da notícia deu essa informação na reunião da Assembleia Municipal.-----

Relativamente às rendas e alugueres, o Vereador Fernando Dias assinalou que estão previstos sessenta e três mil, cento e vinte e nove euros no orçamento, quando no ano passado estavam previstos duzentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta euros, dando conta que o valor era para o aluguer de máquinas questionando sobre esta diferença. O Vereador Hugo Rosa explicou que o valor de 2012 incluía as máquinas para manutenção do aterro, explicando que para 2013, por indicação da Técnica Oficial de Contas (TOC), colocaram esse valor na rubrica dos fornecimentos externos, nos subcontratos, dando conta que essa informação está na página quatro, no primeiro parágrafo.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu de seguida sobre o motivo pelo qual os proveitos estimados em 2012 estavam a trinta euros por tonelada e em 2013 estão a vinte e cinco euros por tonelada, quando não houve alteração de preços. O Vereador Fernando Dias ressaltou, ainda, que se estava a analisar documentos previsionais, tendo por base um novo tarifário, assinalando ter alguma dúvida na aprovação destes. O Vereador Fernando Dias referiu que lhe parece que os vinte e cinco euros por tonelada são mais realistas, considerando que os trinta euros previstos anteriormente foi para empolar a receita. O Vereador Hugo Rosa destacou que não se podia pronunciar relativamente aos cálculos para 2012.-----

O Vereador Fernando Dias indicou, de seguida, ter uma questão a colocar relativamente aos tarifários, manifestando não concordar, porque os mesmos foram aprovados na Assembleia Geral apenas com base da alínea a) do nº. 2 do artigo 13º dos estatutos, que realçou referir-se apenas aos documentos previsionais, quando é com base na alínea f) que se aprova o tarifário. Concluindo que a Assembleia Geral não se pronunciou sobre o tarifário, mas sobre os documentos previsionais. O Vereador Hugo Rosa esclareceu que a opção este ano foi incluir o tarifário como anexo aos documentos previsionais. O Vereador Fernando Dias considerou que o problema é que tal não está incluído. O Vereador Hugo Rosa apontou que como o tarifário estava em anexo dos documentos previsionais ao aprovar estes últimos aprovaram também o tarifário. O

Vereador Fernando Dias destacou que são coisas diferentes, assinalando que as propostas de alteração ao tarifário deviam estar incluídas na ata da Assembleia Geral, indicando que não estão. O Vereador Hugo Rosa respondeu que a Assembleia Geral teve noção dessa alteração de tarifário, uma vez que este constava em anexo. O Vereador Fernando Dias reiterou que o que prevêem os estatutos. Referiu de seguida que se tem optado por manter os tarifários, tendo em conta situação do país, dando conta que essa regra foi muito bem aceite pela Assembleia Municipal, sustentando que se deveria continuar, anotando estar a referir-se à proposta de aumento das tarifas.-----

O Vereador António Ventura inquiriu o que justifica o aumento para particulares e empresas. O Vereador Hugo Rosa ressaltou que também há uma proposta de aumento das quantidades mínimas sujeitas a faturação, de mil para cinco mil. A Presidente concluiu que na prática nem é um aumento, frisando que acaba por ser um benefício, nomeadamente para os particulares que não atingem grandes quantidades. O Vereador Artur Lima destacou ainda que o preço ao quilo é menor, concordando que é um benefício.-----

O Vereador Artur Lima sugeriu, que a Teramb devia deixar de pagar os trinta e tal mil euros da taxa da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), que considerou um roubo e uma criação do governo socialista, nomeadamente do ex-secretário Álamo Meneses, para criar “jobs for the boys”. O Vereador Hugo Rosa assinalou que a taxa está fixada por lei. A Presidente considerou que o Vereador Artur Lima poderá fazer a proposta para a sua extinção enquanto deputado regional. O Vereador Artur Lima disse que estava a fazer uma sugestão ao Conselho de Administração da Teramb. O Vereador Fernando Dias anotou que sugerem atrasar o pagamento da mesma e entretanto o senhor deputado Artur Lima faz uma proposta na Assembleia Legislativa nesse sentido. A Presidente concordou que seria uma boa proposta. O Vereador Hugo Rosa apontou que a Teramb não se pode comprometer a essa ilegalidade. O Vereador Artur Lima reiterou que a Teramb não a deve pagar. A Presidente sustentou que era vantajoso mudar essa norma.-----

Calendário reuniões do executivo Municipal para 2013

Ent. 1952 - Proposta de calendário das reuniões do órgão executivo municipal do ano de 2013, para aprovação do mesmo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a presente proposta, com as alterações nas reuniões públicas dos meses de setembro e outubro.**-----

Fora da Agenda

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido de Apoio em Espécie

Ent. 6634 – Comunicação da Universidade dos Açores – Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada, solicitando um apoio para a realização do II Colóquio de Enfermagem Comunitária – Intervenção Comunitária em Saúde nos Açores, que terá lugar no dia 19 de janeiro de 2013. Para autorização do órgão executivo a concessão de um apoio consubstanciado em três passagens aéreas com destino PDL/TER/PDL, nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir três passagens aéreas com destino PDL/TER/PDL.**-----

A Presidente referiu que os colóquios têm vindo a ser realizados em diferentes municípios, sendo que o de 19 de janeiro terá lugar no concelho da Praia da Vitória. Deu conta que havia um pedido de apoio de sete passagens, bem como alojamento, informando que se propõe atribuir três passagens aéreas com destino PDL/TER/PDL.----

O Vereador Fernando Dias e o Vereador Artur Lima concordaram que se tem que estabelecer uma regra para atribuição deste tipo de apoios, que a Presidente assinalou que estará contemplada em regulamento. Entretanto, a Presidente apontou que se tem de optar sobre o que fazer nestas situações intermédias.-----

O Vereador Artur Lima questionou se a Câmara Municipal de Ponta Delgada costuma apoiar os pedidos da Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo. A Presidente informou que foram apoiadas enfermeiras de Angra do Heroísmo, ressaltando que se trará de uma iniciativa em parceria, uma vez que os colóquios são realizados ciclicamente em diversos concelhos.-----

Os Vereadores concordaram com a atribuição das três passagens. O Vereador Artur Lima destacou o facto de ser Natal.-----

Pedido de parecer prévio – execução de trabalhos gráficos

Ent. 1968 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 26 de dezembro de 2012, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços de execução de trabalhos gráficos por Cláudia Marisa Rocha Franco, nos termos do artigo 26.º, n.ºs 4 e 8 da Lei n.º 64-A/2011, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, (Lei do Orçamento de Estado para 2012). - **A Câmara Municipal retirou este assunto.**-----

A Presidente recordou a proposta que veio a reunião de Câmara para a execução de trabalhos gráficos, anotando que na altura havia ficado decidido pedir outros orçamentos. Indicou que, das três consultas, vem a apreciação a proposta da Cláudia Marisa Rocha Franco. O Vereador Fernando Dias apontou que não constam as restantes. A Presidente informou que foram consultados António Araújo e Rui Melo, acrescentando que este último indicou que não tinha disponibilidade e que os restantes dois concorrem em parceria. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o valor é mais baixo que o anterior. A Presidente respondeu que é superior. O Vereador Artur Lima indagou sobre o valor, que a Vereadora Teresa Valadão disse ser de cerca de três mil euros por mês. O Vereador Artur Lima questionou sobre qual o trabalho a executar. A Presidente deu conta que se prevê muito trabalho, nomeadamente a Agenda Municipal, bem como todos os trabalhos gráficos da Câmara. O Vereador Artur Lima manifestou-se contra a proposta. A Presidente relembrou ter afirmado que a anterior proposta que veio à reunião de Câmara era muito mais barata. O Vereador Artur Lima considerou que era necessário estudar melhor o assunto. A Presidente ressaltou que com a integração da Culturangra esses trabalhos passam a ser incluídos na Câmara.-----

A Vereadora Teresa Valadão questionou se a Comissão das Sanjoaninas não abre concurso público para a conceção do material promocional das festas. A Presidente

indicou que normalmente a Comissão convida alguém para fazer esse trabalho, sublinhando que é um serviço remunerado.-----

O Vereador Artur Lima evidenciou de seguida o valor previsto para a elaboração da capa e paginação do Orçamento Municipal e Prestação de Contas, de mil e seiscentos euros, reiterando que a proposta carece de nova análise.-----

Voto de Pesar

Voto de pesar, apresentado pelos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), pelo falecimento de Carlos Pinheiro, Presidente da Junta de Freguesia da Feteira. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o presente voto.**-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....